

Relatório e Contas | Junho

gestão de ativos
sgoic

2026

IMGA Ações Portugal

Fundo de Investimento Aberto de Ações

Índice

Relatório de Gestão	3
Nota Introdutória	4
Síntese da Evolução dos Mercados	5
Principais Eventos	10
Desempenho Fundos de Ações	14
Informação relativa à Gestão do Fundo	16
Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade	18
Eventos Subsequentes	19
Notas Informativas	20
Balanço	32
Demonstração de Resultados	35
Demonstração de Fluxos de Caixa	37
Anexo às Demonstrações Financeiras	39
Relatório de Auditoria	49



Relatório de Gestão

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Ações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Nota Introdutória

O fundo foi constituído em 20 de julho de 1995 como Fundo de Investimento de Ações Aberto.

Em 23 de outubro de 2000 foi realizada a fusão por incorporação dos Fundos Novo Fundo Capital, Atlântico Ações, Fipor Poupança Investimento, Europa Portugal Ações e Mello Ações Portugal no Fundo BCP Ações, que nessa data alterou a sua denominação para AF Ações Portugal.

Em 31 de março de 2005 a sua denominação foi alterada para Millennium Ações Portugal.

Em 16 de novembro de 2015 passou a denominar-se IMGA Ações Portugal, em linha com a alteração da denominação de todos os fundos geridos pela IMGA, na sequência da aquisição da Millennium Gestão de Ativos ao Millennium bcp.

A partir de 28 de novembro de 2019 passou a estar disponível para comercialização a Categoria I de Unidades de Participação deste fundo, a qual, no entanto, não foi ainda constituída.

A Categoria R de Unidades de Participação deste fundo constituiu-se em 19 de março de 2021.

A Categoria P de Unidades de Participação deste fundo constituiu-se em 29 de maio de 2024.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Ações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

O primeiro semestre de 2026 foi marcado pela coexistência de um enquadramento económico global resiliente, com o choque geopolítico no Médio Oriente. A escalada do conflito entre EUA/Israel e o Irão, incluindo o encerramento do Estreito de Ormuz, impulsionou os preços da energia e reacendeu riscos inflacionistas, embora o impacto tenha sido mitigado por respostas coordenadas e ajustamentos na oferta.

A atividade económica global abrandou moderadamente, mantendo, no entanto, um perfil resiliente. Os EUA destacaram-se pelo dinamismo do investimento, sobretudo associado à inteligência artificial, enquanto a Europa e outras regiões mais dependentes de energia foram mais penalizadas. A China manteve um desempenho robusto via exportações e os mercados emergentes apresentaram dinâmicas divergentes.

A inflação voltou a acelerar, sobretudo devido à energia, levando os principais bancos centrais a adotarem uma postura mais restritiva e a reverem em alta as expectativas para as taxas de juro. Apesar disso, a inflação subjacente manteve-se relativamente contida, sinalizando efeitos indiretos ainda limitados.

Os mercados financeiros mostraram-se resilientes. As taxas de juro de curto prazo subiram, mas os mercados acionistas registaram ganhos sólidos, suportados pelo crescimento dos lucros e pela temática da inteligência artificial. O dólar apreciou-se e as matérias-primas, em particular a energia, lideraram as valorizações.

Panorama geopolítico

As perspetivas económicas para o ano de 2026 eram consensualmente favoráveis, assentes nos estímulos orçamentais (EUA, Alemanha, China, Japão, etc.), no clima de menor incerteza económica, nos sinais de reaceleração cíclica da manufatura, na expectativa de retoma do rendimento real disponível e no forte investimento na temática da inteligência artificial. Paralelamente, projetava-se uma continuidade da convergência da inflação para o objetivo na área do euro e, em menor medida, nos EUA e no Reino Unido.

Não obstante, a crescente tensão entre os EUA e o Irão e a perceção, pelo eixo EUA/Israel, de fragilidade do regime iraniano, serviram de contexto para ataques coordenados e de larga escala, que vitimaram altas patentes do regime iraniano, incluindo o aiatola e Líder Supremo Ali Khamenei. A retaliação do Irão foi imediata e incluiu mísseis balísticos contra Israel e bases dos EUA na região; ataques a infraestruturas civis (incluindo aeroportos) de países vizinhos vistos como cúmplices dos EUA/Israel e o encerramento do Estreito de Ormuz, uma artéria vital para a economia mundial na perspetiva do fluxo de crude e de gás natural (representa cerca de 25% do fluxo mundial).

Os desenvolvimentos descritos resultaram numa subida significativa da cotação das matérias-primas energéticas, assim como de outros bens afetados pelo conflito no Médio Oriente, e consequentemente, alimentaram riscos de um choque estagflacionista à escala global.

Ainda assim, o impacto da guerra foi inferior ao inicialmente receado. Apesar de este ter sido classificado como o maior choque energético de sempre, as suas repercussões foram limitadas por atenuantes como a libertação coordenada de reservas estratégicas de petróleo; o desvio de petróleo da Arábia Saudita por *pipeline* para o porto de Yanbu (no mar vermelho); a redução de procura global (em particular pela China) e a continuidade das exportações do Irão através de frotas e rotas não oficiais, mesmo durante a vigência do bloqueio naval dos EUA. Ainda assim, a cotação do Brent evoluiu ao longo de várias semanas acima dos 90$/barril (atingiu momentaneamente um máximo de 121$/barril) e o preço do gás natural de referência para a Europa situou-se entre os 45€/MWh e os 60€/MWh entre março e o início de junho.

Após múltiplos avanços, recuos e ameaças, em particular pela Administração Trump, no dia 17 de junho foi assinado em junho um Memorando de Entendimento para a reabertura imediata do Estreito de Ormuz e que traçou as linhas gerais para um cessar-fogo de 60 dias, no qual decorrerão negociações entre os EUA e o Irão, com foco no programa nuclear do Irão.

A proporção e a duração do embargo energético significaram, ainda assim, uma mudança das circunstâncias económicas.

Enquadramento económico global

A economia mundial terá registado algum abrandamento do ritmo de atividade ao longo do primeiro semestre de 2026, com base no impacto da subida dos preços das matérias-primas energéticas, na perda de rendimento real disponível e globalmente em resultado do clima de incerteza. Não obstante, a economia mundial voltou a exibir maior resiliência do que o esperado perante choques exógenos de larga escala, como ocorrera na crise pandémica; em 2022 com a guerra na Ucrânia; com a escalada das tarifas aduaneiras de Trump em 2025 e desta feita com as disrupções no Golfo Pérsico.

O impacto no ritmo de atividade foi diferenciado numa perspetiva geográfica. Na perspetiva da economia dos EUA, embora o clima de incerteza e a subida dos preços dos combustíveis tenham produzido algum impacto no consumo privado entre os meses de março e maio, esse impacto terá sido apenas marginal. Para tal terá contribuído a capacidade/disponibilidade dos consumidores para suprimir os níveis de poupança (em termos agregados), o suporte dos reembolsos fiscais entre março e abril (superiores em mais de 60$ mil milhões comparativamente ao ano anterior). Destaque ainda para a retoma cíclica da atividade na manufatura, para a reaceleração do mercado laboral dos EUA e para o impulso associado ao investimento no ecossistema associado à inteligência artificial.

Assim, o PIB dos EUA cresceu 2,1% em cadeia no primeiro trimestre de 2026, o que correspondeu a uma aceleração sequencial face aos 0,5% do trimestre anterior (impactado pelo encerramento dos serviços governamentais). O consumo privado desacelerou para um crescimento anualizado de apenas 0,5%, marcado por um efeito estatístico que afetou os gastos no segmento dos serviços. Inversamente, o investimento em capital fixo somou um trimestre de forte crescimento, beneficiado pela rubrica de investimento em equipamento e em *software* (+15,8% no trimestre) – em parte relacionado com a temática da inteligência artificial. Uma análise mais refinada permite mesmo concluir que entre o último trimestre de 2025 e o primeiro de 2026, o investimento em setores impulsionados pela inteligência artificial somou uma variação homóloga superior a 18%, que contrasta com a correção de cerca de 8% do investimento em setores não relacionados com essa temática. A forte subida das importações (+11,8%) estará igualmente ligada à aquisição de semicondutores e outros equipamentos ao exterior.

Em oposição, o impacto da crise energética terá sido substancialmente superior noutras regiões, incluindo na área do euro, no Reino Unido e em vários países da Ásia, mais expostos às flutuações das matérias-primas energéticas nos mercados internacionais e em alguns casos mais diretamente dependentes do fornecimento de petróleo e de gás natural da região do Golfo Pérsico. Ainda assim, a perceção é que o ritmo de atividade terá abrandado apenas moderadamente, à luz da evolução dos PMIs e dos indicadores de atividade já disponíveis para o 2º trimestre de 2026.

Mais especificamente no caso europeu, apesar da contração de 0,2% do PIB no primeiro trimestre do ano, essa quebra esteve associada à correção superior a -7% em cadeia do PIB da Irlanda, decorrente de distorções no comércio internacional introduzidas pelas tarifas aduaneiras da Administração Trump. Excluindo o contributo da Irlanda, o PIB da área do euro teria crescido 0,3% e em média o crescimento nos últimos quatro trimestres teria rondado os 1% em termos anualizados, um registo equivalente ao crescimento potencial da região. A procura externa dirigida às exportações europeias continuou a restringir o ritmo de atividade, compensado pelo contributo positivo da procura doméstica, em particular do consumo privado e dos gastos estatais. Destaque ainda para o acréscimo dos gastos em defesa e em infraestruturas e para o impulso associado à execução dos investimentos relacionados com o NGEU.

A dinâmica económica da China voltou a surpreender pela positiva no primeiro semestre de 2026, à semelhança do ano anterior. Pese embora o menor impulso fiscal comparativamente ao período homólogo, a atividade exportadora voltou a compensar a fragilidade da procura doméstica, em particular do investimento privado.

O agrupamento de economias emergentes exibiu dinâmicas distintas, com os países exportadores de matérias-primas a beneficiarem da subida do preço do petróleo e dos metais industriais, enquanto os países importadores saíram penalizados pela escalada das pressões inflacionistas e respetiva deterioração do rendimento real disponível, assim como pela introdução de medidas de racionamento de combustíveis em países como a Índia, Bangladesh, Paquistão e a Tailândia.

Inflação e política monetária

Se na perspetiva do crescimento o impacto estimado foi relativamente modesto, o mesmo não se verificou na inflação e na perspetiva dos bancos centrais. O contexto inflacionista é hoje materialmente distinto do observado antes do conflito no Médio Oriente. A subida descrita da cotação das matérias-primas energéticas significou uma inversão da trajetória de arrefecimento da inflação à escala global – patente na aceleração da inflação média dos países da OCDE de 3,35% em janeiro para 4,61% em maio, o que corresponde ao nível mais elevado em praticamente dois anos.

A inflação homóloga dos EUA e da área do euro acompanhou a escalada dos custos energéticos, percetíveis em acelerações de 1,2pp e de 1,5pp da inflação total, para 4,1% e 3,2%, respetivamente. Importa, no entanto, sublinhar que a dinâmica da inflação subjacente foi substancialmente mais branda que a inflação total, com as respetivas métricas dos EUA e da área do euro a acelerarem "apenas" 0,3pp e 0,4pp entre janeiro e maio. Embora a transmissão integral da subida dos encargos energéticos para a inflação seja um processo com uma duração que se pode estender a 9-12 meses, a expectativa é que a mesma seja apenas moderada e como tal significativamente inferior à verificada no episódio inflacionista de 2022-2023.

Por outro lado, apesar da queda dos preços da energia desde a assinatura do Memorando de Entendimento entre os EUA e o Irão, a reversão foi apenas parcial, persistindo como tal um efeito de base que significará níveis de inflação acima do objetivo dos bancos centrais pelo menos até ao primeiro trimestre de 2027.

Consequentemente, assistiu-se a uma alteração significativa das expectativas de atuação dos principais bancos centrais. O BCE subiu a sua taxa diretora em junho em 25pb, o que ocorreu pela primeira vez desde 2023, para 2,25%. A decisão fundamentou-se na escalada dos preços da energia, na subida significativa das expetativas inflacionistas e nos riscos de transmissão da energia para as restantes componentes do cabaz inflacionista. No pico da crise, os investidores projetavam pelo menos três subidas de taxas em 2026. As expectativas no final do semestre eram mais brandas, com a incorporação parcial de uma subida adicional de taxas diretoras – ainda assim contrastante das projeções de taxas inalteradas pelo BCE no período pré-guerra.

A dinâmica foi equivalente no caso do Banco de Inglaterra e da Reserva Federal dos EUA. No início de 2026 era projetada uma redução das respetivas taxas diretoras em pelo menos 50pb no decorrer do ano, uma situação que se inverteu por completo no decorrer do conflito, com a cotação dos futuros a descontar uma subida de 80pb no caso da taxa de referência britânica - encerrando o semestre com um acréscimo esperado de "apenas" 20pb.

No caso da Reserva Federal dos EUA, a confirmação de Kevin Warsh como novo presidente da instituição e a retórica agressiva do banco central na sua primeira reunião de política monetária foram, provavelmente, mais decisivos na perspetiva das expectativas de atuação futura do banco central. Com efeito, a mensagem perentória de Warsh de combate à inflação e de convergência para o objetivo de 2% foi vista como um sinal de resposta agressiva do banco central, a par da convergência de 9 membros do FOMC para um cenário de subidas de taxas diretoras em 2026.

O Banco do Japão seguiu o processo de normalização progressiva da sua taxa diretora, ao subir 25pb na reunião de junho, para 1%, o que corresponde ao nível mais elevado desde março de 1995.

Mercados financeiros

Apesar do clima de incerteza geopolítico e do acréscimo da volatilidade, os mercados financeiros mantiveram-se resilientes, assentes na solidez dos fundamentais macro e microeconómicos, na vaga de investimento em inteligência artificial e no forte crescimento dos resultados empresariais.

A aceleração da inflação e a respetiva postura mais agressiva dos bancos centrais impulsionou as taxas de juro de curto-prazo. No caso europeu, assistiu-se a uma subida de 41pb da taxa de juro a 2 anos da Alemanha no primeiro semestre de 2026, comparativamente superior às maturidades mais longas, que no caso da Alemanha subiram apenas 15pb a 5 anos e permaneceram inalteradas no prazo a 10 anos, face ao nível observado no início do ano, para 2,86%.

A variação de taxas em França, Espanha e Portugal mais pronunciada, o que originou alargamentos, ainda que marginais, dos respetivos spreads face à Alemanha, reflexo do ambiente de menor apetite por risco.

Nos EUA, o movimento da taxa de juro a 10 anos foi ascendente (+30pb), totalmente explicado pela componente de taxa real, num clima de perspetivas económicas mais favoráveis e de aceleração do PIB potencial. Ainda assim, também aqui a evolução da curva de rendimentos foi numa configuração de menor inclinação, com as taxas de juro dos prazos mais curtos a exibirem subidas mais significativas (70pb nos 2 anos e de 50pb na maturidade a 5 anos), associadas ao maior aumento do prémio inflacionista nesses prazos.

Ainda assim, apesar da subida das taxas de juro europeias, o respetivo índice de dívida governamentais valorizou 1,25%, em contraste com o índice de dívida agregada norte-americana, que desvalorizou 0,26% no semestre.

A dívida empresarial europeia manteve-se suportada, com o spread do índice *investment grade* praticamente inalterado (+1pb), o que contribuiu para a valorização de 1,33% nos primeiros seis meses do ano. O desempenho do índice de dívida empresarial europeia de menor qualidade creditícia (*high yield)* foi equivalente, com o alargamento apenas marginal do respetivo spread (+4pb) e o nível absoluto e taxa de juro *(carry*) subjacente a permitirem uma valorização semestral de 1,83% deste segmento.

O segmento de dívida subordinada de financeiras esteve novamente em destaque pela positiva, com o enquadramento favorável para o setor a possibilitar estreitamentos adicionais dos spreads (30pb no semestre) e um dos retornos absolutos mais pronunciados do segmento de rendimento fixo em euros (+3,47%).

À semelhança do universo europeu, a dívida empresarial *high-yield* dos EUA registou um alargamento apenas marginal do spread no semestre, o que permitiu que o *carry* correspondente da classe permitisse uma valorização de praticamente 2% no período. A dívida empresarial *investment grade* dos EUA desvalorizou marginalmente no semestre (-0,04%).

Ainda no rendimento fixo, a performance da dívida de mercados emergentes, em dólares, esteve em plano de destaque, fruto do *carry* atrativo, com rendibilidades entre 1,5% e 2,3% da dívida empresarial e da dívida soberana no semestre, respetivamente. A trajetória de apreciação do dólar e o enviesamento para emissões com maturidades mais curtas penalizou o segmento de dívida de mercados emergentes em moeda local, que somou uma valorização de apenas 0,84%.

Apesar do menor suporte dos bancos centrais, dos riscos inflacionistas e do clima de incerteza geopolítica, os principais indices acionistas voltaram a somar fortes ganhos nos primeiros seis meses do ano. O perfil de valorização destes índices deveu-se quase em exclusivo às revisões em alta das estimativas de crescimento dos resultados empresariais, o que em oposição a valorizações assentes na expansão de múltiplos, atribui um caráter de maior sustentabilidade dos ganhos observados.

O enquadramento macroeconómico resiliente, a retoma cíclica no setor da manufatura e o entusiasmo dos investidores em torno da temática da inteligência artificial estiveram igualmente entre os principais *drivers* das fortes valorizações dos principais índices acionistas no semestre.

Nos EUA, o Nasdaq valorizou 13,1% no período, tendo as restantes praças norte-americanas somado igualmente ganhos significativos no primeiro semestre do ano, entre as quais o S&P500 (+10,2%). O perfil de ganhos setoriais foi liderado pelos setores industrial (+20,2%), tecnologia (19,8%) e energia (19,7%), enquanto consumo discricionário (-0,8%) e o setor financeiro (-1,3%) estiveram entre os piores. O índice de empresas de menor capitalização bolsista – Russell 2000 – valorizou 22,6% no mesmo período.

Na Europa, o índice MSCI valorizou 10,7%, impulsionado pela valorização das praças italiana (18,2%) e neerlandesa (15,3%), com o índice alemão DAX entre os menos bem-sucedidos (+2,1%) no semestre. Os títulos de menor capitalização bolsista, impactados pelo impacto económico da guerra e pela subida das taxas de juro, somaram uma valorização semestral de 8,1%.

À escala global, destaque para os fortes ganhos dos índices sul coreano KOSPI (+93.9%) e de Taiwan (+62.6%) e do nipónico NIKKEI (+39%), impulsionados pela temática da inteligência artificial.

Nos mercados cambiais, o dólar dos EUA esteve em plano de destaque contra os seus parceiros comerciais, e encerrou o período com uma apreciação de 2,7%, beneficiado pelo clima de incerteza geopolítica e pelas perspetivas de atuação mais agressiva da Fed, incluindo a especulação em torno da possível redução da dimensão do seu balanço, proposta por Kevin Warsh. Entre os seus principais pares, destaque para a apreciação de 2,8% face ao euro e de 3,7% face ao iene. Na perspetiva da moeda única europeia, apesar da subida de taxas do BCE, observaram-se ainda assim perdas contra o franco suíço (-0,8%), a libra esterlina (-1,2%) e a coroa norueguesa (-4,5%). A cotação do cabaz representativo das divisas de mercados emergentes ficou praticamente inalterada no primeiro semestre de 2026.

O índice agregado de matérias-primas valorizou 12,3% nos primeiros seis meses do ano, e como habitual, marcado por uma elevada disparidade de performances. O segmento com maiores ganhos foi o complexo energético, com a valorização de 21,2% do *brent*, seguido pelo trigo (16,2%) e pelo zinco (14,3%). Destaque pela negativa para a prata (-18,2%).



Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Ações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Constituição de Novos Fundos / Novas Categorias UP's

BTG Pactual GV Corporate Bonds 60/40

A **12 de fevereiro** foi constituída a **Categoria D** do fundo.

IMGA Money Market USD

A **23 de março** foi constituída a **Categoria I** do fundo.

IMGA GV Portuguese Corporate Debt

A **6 de janeiro** foi constituída a **Categoria G** do fundo.

IMGA Rendimento Mais

A **19 de fevereiro** foi constituída a **Categoria R** do fundo.

IMGA Obrigações Corporate 2028 - 2,30%

A **3 de junho** foi autorizada pela CMVM a constituição do organismo de investimento coletivo **IMGA Obrigações Corporate 2028 - 2,30% - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações**.

Novas Entidades Comercializadoras e Agentes Vinculados

No decurso do primeiro semestre de 2026, a IMGA manteve a estratégia de alargamento da sua rede comercial e de distribuição, tendo sido dado seguimento a diversos processos de formalização de acordos com entidades externas.

Em janeiro a IMGA foi incluída como entidade comercializadora dos fundos **IMGA Poupança PPR/OICVM e IMGA Investimento PPR/OICVM.**

Em março foi incluída a Plural Markets como entidade comercializadora dos fundos IMGA.

Em abril, o fundo **IMGA Crescimento PPR/OICVM** passou a incluir o **Banco Invest** como entidade comercializadora.

Em maio o **BNI Europa** passou a ser entidade comercializadora do fundo **IMGA Rendimento Mais**.

Em junho, o fundo **IMGA Crescimento PPR/OICVM** passou a incluir o **ActivoBank** como entidade comercializadora.

Em junho foi comunicado o início de atividade do **Banco do Brasil – Sucursal em Portugal**, como primeiro agente vinculado da IMGA.

Atualizações/alterações dos documentos constitutivos dos fundos geridos pela Sociedade

A **18 de fevereiro** foi realizada a primeira atualização anual dos documentos constitutivos dos fundos IMGA, tendo sido publicadas novas versões desses documentos e promovida a sua disponibilização junto dos comercializadores e no site da IMGA.

A **14 de maio** foi concluída a 2ª atualização anual obrigatória dos documentos constitutivos dos fundos, com a Taxa de Encargos Correntes (TEC) atualizada com referência ao ano de 2025.

Liquidação de Fundos

A **31 de janeiro**, pelo termo da sua duração, procedeu-se à dissolução do fundo **IMGA Financial Bonds 3y 2,25 – Serie I.**

A **30 de junho**, pelo termo da sua duração, procedeu-se à dissolução do fundo **IMGA Obrigações Globais Taxa Indexada EUR 2026, Serie I.**

Eventos Regulatórios

A **27 de fevereiro** foi publicada a Circular anual relativa à Gestão de Ativos 2026, onde estão definidas as prioridades para 2026 e as ações de supervisão previstas para o corrente ano.

Informações relacionadas com a Sustentabilidade

A **30 de junho** foi publicada a "Declaração relativa aos principais impactos negativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade", relativa ao ano 2025.

Publicação dos Relatórios e Contas dos fundos geridos pela Sociedade

A **30 de abril** foram publicados no sítio da CMVM os Relatórios e Contas anuais dos fundos geridos pela IMGA.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Ações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

O primeiro semestre de 2026 foi marcado por uma recuperação significativa dos mercados acionistas internacionais, apesar da volatilidade observada durante o primeiro trimestre. As preocupações relacionadas com o crescimento económico mundial, as tensões geopolíticas e a evolução das políticas comerciais continuaram a influenciar o sentimento dos investidores. Ainda assim, a robustez dos resultados empresariais e a melhoria gradual das perspetivas económicas sustentaram a valorização dos principais índices acionistas ao longo do período.

Neste contexto, os fundos de ações da IMGA registaram um desempenho particularmente positivo, beneficiando da exposição aos mercados acionistas europeu, norte-americano e nacional. Em 30 de junho de 2026, os ativos sob gestão dos fundos de ações totalizavam aproximadamente 668 milhões de euros, representando um crescimento de 16,3% face ao final de 2025. Esta evolução resultou tanto da valorização dos mercados financeiros como da continuidade da procura por soluções de investimento em ações.

Ao nível do desempenho, os resultados foram positivos em toda a gama. O IMGA Ações América destacou-se com uma rendibilidade acumulada no semestre de cerca de 15,3% nas categorias de retalho, beneficiando da forte valorização do mercado norte-americano. O IMGA Global Equities Selection apresentou uma rendibilidade próxima de 14,1%, enquanto o IMGA Ações Portugal registou uma valorização de aproximadamente 11,4%. O IMGA European Equities alcançou igualmente uma rendibilidade positiva, superior a 11,0%, refletindo a recuperação dos mercados europeus.

No que respeita às subscrições líquidas, os fundos de ações continuaram a atrair investimento. O principal destaque foi o IMGA Ações Portugal, que registou subscrições líquidas acumuladas superiores a 15,9 milhões de euros, considerando o conjunto das categorias disponíveis. O IMGA Global Equities Selection apresentou entradas líquidas de aproximadamente 2,8 milhões de euros, enquanto o IMGA European Equities registou cerca de 2,2 milhões de euros de subscrições líquidas. Em contrapartida, o IMGA Ações América registou resgates próximos de 3,2 milhões de euros, apesar do desempenho positivo alcançado no semestre.

A valorização dos mercados acionistas constituiu o principal motor do crescimento dos ativos sob gestão durante o período, complementando os fluxos líquidos positivos observados na maioria dos fundos. A diversificação geográfica das carteiras permitiu captar oportunidades em diferentes regiões e setores, contribuindo para a consistência dos resultados alcançados.

Num contexto em que os investidores continuaram a procurar soluções capazes de beneficiar do crescimento económico e da inovação empresarial a longo prazo, os fundos de ações da IMGA demonstraram capacidade de geração de valor. A gestão manteve uma abordagem disciplinada na seleção de empresas, privilegiando modelos de negócio sólidos, vantagens competitivas sustentáveis e perspetivas favoráveis de crescimento, mantendo simultaneamente um acompanhamento atento dos riscos associados ao enquadramento macroeconómico e geopolítico.

FUNDOS DE AÇÕES	1 ANO			3 ANOS			5 ANOS		
	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe
IMGA AÇÕES AMÉRICA CAT A	26,64%	10,89%	5	17,29%	14,34%	5	12,64%	15,04%	6
IMGA AÇÕES AMÉRICA CAT R	26,65%	10,90%	5	17,26%	14,34%	5	12,61%	15,06%	6
IMGA AÇÕES AMÉRICA CAT I	28,13%	10,88%	5	18,69%	14,32%	5	13.98% (*)	15,03%	6
IMGA AÇÕES PORTUGAL CAT A	23,04%	13,00%	5	18,45%	12,58%	5	15,18%	13,58%	5
IMGA AÇÕES PORTUGAL CAT R	23,04%	13,00%	5	18,44%	12,57%	5	15,17%	13,58%	5
IMGA AÇÕES PORTUGAL CAT P	22,97%	12,99%	5	18,43% (*)	12,57% (*)	5 (*)	15,17% (*)	13,58% (*)	5 (*)
IMGA EUROPEAN EQUITIES CAT A	19,38%	12,53%	5	11,93%	12,85%	5	8,51%	13,84%	5
IMGA EUROPEAN EQUITIES CAT R	19,40%	12,55%	5	11,91%	12,88%	5	8,50%	13,88%	5
IMGA EUROPEAN EQUITIES CAT I	20,93%	12,52%	5	13,37%	12,84%	5	9,88% (*)	13,83% (*)	5 (*)
IMGA GLOBAL EQUITIES SELECTION CAT A	25,91%	9,67%	4	14,68%	13,53%	5	10,76%	13,96%	5
IMGA GLOBAL EQUITIES SELECTION CAT R	25,92%	9,69%	4	14,70%	13,54%	5	10,77%	13,98%	5
IMGA GV PORTUGUESE EQUITIES - CAT G (**)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(*) considera cotações calculadas com base no desempenho da Categoria A

(**) fundo com menos de 12 meses desde a sua constituição

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Ações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

O mercado acionista global foi dominado por duas temáticas na primeira metade de 2026 – a inteligência artificial e a guerra no Médio Oriente entre o Irão e a dupla EUA/Israel. O segundo tema desencadeou uma forte correção nos mercados devido ao estrangulamento do fluxo de energia e outras matérias-primas oriundas do Golfo Pérsico. A subida repentina do preço da energia potenciou previsões apontando para uma forte desaceleração económica a nível global acompanhada pela subida da inflação. No entanto, a relativa curta duração do conflito permitiu que essas perspetivas económicas mais sombrias não se tenham materializado até ao momento, dando azo a uma forte recuperação nos mercados acionistas globais.

Os mercados asiáticos foram as "estrelas" do semestre, com o índice MSCI Ásia ex-Japão e o Nikkei 225 a valorizarem 27,6% e 39%, respetivamente, em euros. Os índices MSCI World e S&P 500 acabaram o semestre com valorizações de 9,7% e 10,2%, enquanto o índice MSCI Europe valorizou 10,7%.

O *boom* em torno da inteligência artificial foi o grande impulsionador das melhores performances tanto a nível setorial, como a nível de índices nacionais e regionais. Os mercados asiáticos, com uma forte componente de empresas fornecedoras de componentes informáticos que são nevrálgicos para toda a expansão que está a decorrer em novos centros de bases de dados um pouco por todo o mundo, foram as "estrelas" do trimestre. O mercado americano também obteve uma performance sólida, mas o grande peso do setor de *software* e também de *media*, penalizaram a rentabilidade do índice compósito americano. A Europa, com um peso menor de empresas de cariz tecnológico ficou para trás. No entanto, outros setores com grande relevo no mercado europeu, registaram ganhos sólidos no período em análise. O setor da banca continuou a beneficiar do movimento da curva de taxas de juro. Os setores de *utilities*, e industrial também registaram performances acima do índice de referência, com este último a ser impulsionado pelo forte aumento projetado nas despesas em torno de geração de energia para centros de dados. O setor de bens de consumo duradouro, nomeadamente o segmento de bens de luxo foi novamente um grande perdedor do semestre, sendo fortemente impactado pelo conflito no Médio Oriente e a incerteza que ele espoletou nos consumidores da região.

O mercado nacional ficou entre os mercados europeus que registaram performances muito superiores versus o índice regional MSCI Europe. O PSI valorizou 14,3%. Somente os índices IBEX espanhol e FTSE MIB italiano registaram uma valorização superior – 14,6% e 18,2%, respetivamente. O mercado nacional, que tem na sua maioria empresas de cariz defensivo, conseguiu evitar a forte turbulência vivida noutros mercados com características mais cíclicas e expostas ao comércio mundial. A NOS e Galp foram as "estrelas" do semestre com valorizações de 36,3% e 29,6%. A primeira beneficiou de um impacto concorrencial menor que esperado, enquanto a segunda, beneficiou da subida do preço da energia no semestre. O segmento de retalho alimentar também beneficiou fortemente da turbulência económica, confirmando a sua vertente defensiva, embora a Jerónimo Martins tenha sofrido devido à pressão deflacionista no seu principal mercado – a Polónia.

O IMGA Ações Portugal apresentou um desempenho positivo, mas aquém do seu índice de referência, sendo penalizado pela sobreponderação em liquidez, CTT e Jerónimo Martins. Do lado inverso, a sobreponderação em Galp e NOS colmataram a penalização descrita.

O Fundo iniciou o ano com um posicionamento construtivo, procurando balancear um perfil mais defensivo e de qualidade, consentâneo com o tipo de empresas de maior capitalização bolsista que apresenta o mercado português, com a perspetiva de um período de taxas de juro elevadas durante mais tempo, que pudesse beneficiar o sistema financeiro. O posicionamento parcial do Fundo em ações da Zona Euro teve no seu conjunto um impacto positivo com destaque para Endesa, Engie, RWE e Caixabank. A posição em Inditex foi a que teve o impacto mais detrimentoso entre a componente não nacional do Fundo.

Nesse sentido, as maiores exposições no início do período para o Fundo assentavam nos setores de *utilities*, com destaque para os investimentos em EDP e EDP Renováveis, no setor de consumo não-cíclico, com destaque para a exposição a Jerónimo Martins, no setor bancário com o investimento em BCP, e no setor energético, com a exposição a Galp.

Ao longo do ano houve acertos recorrentes espoletados pelos limites de concentração normalmente em torno das empresas de maior peso no índice de referência. Novas subscrições ao longo do ano não levaram a uma alteração significativa do posicionamento do fundo.

No final de junho, o IMGA Ações Portugal apresentou uma rendibilidade de 11,4% no semestre e de 23,0% a 12 meses nas suas categorias A e R; e, na categoria P, 11,4% no semestre e 23,0% a 12 meses.

O valor líquido global totalizou 482,3M€, com um crescimento de 15,3% face ao final de 2025.

As vendas líquidas foram positivas em 16,0M€, com efeito de mercado positivo de 48,2M€.

Sendo um fundo de capitalização, não procedeu à distribuição de rendimentos.



Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Ações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Em cumprimento do estipulado pelas alíneas b) e c) da secção 6 do Anexo IV do Regime da Gestão de Ativos (RGA), apresenta-se, em seguida, o montante total das remunerações pagas pela entidade responsável pela gestão aos seus colaboradores e o montante agregado da remuneração dos membros dos órgãos de gestão e fiscalização (valores em euros):

REMUNERAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2026			
Órgãos de Gestão e Fiscalização	**Rendimento Fixo**	**Rendimento Variável**	**Número a 30/06/2026**
Comissão Executiva			
Presidente e Administradores	161 753	279 610	3
Administradores independentes	22 375	-	1
Conselho fiscal			
Presidente e vogais	28 060	-	4
Colaboradores	**Rendimento fixo**	**Rendimento variável**	**Número a 30/06/2026**
Colaboradores	1 462 745	590 069	52

Nos termos da Lei e conforme previsto no n.º 1 do art.º 20º dos Estatutos, o modelo de fiscalização da Sociedade compreende ainda um Revisor Oficial de Contas, ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não seja membro do Conselho Fiscal, a quem foram pagos €5.904 pelos serviços durante o primeiro semestre de 2026.

Sem prejuízo da competência do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, ou da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, conforme previsto no n.º 1 do art.º 21º dos Estatutos, a Assembleia Geral designou um auditor externo para a verificação das contas da Sociedade, cujo custo pelos serviços prestados nesse âmbito ascenderam a €16.359.

No primeiro semestre de 2026 foram pagos €128.529 referentes a indemnizações por cessação de contrato de trabalho.

As remunerações e benefícios foram calculados e atribuídos de acordo com o definido na Política de Remunerações em vigor, cuja síntese está disponível no site da Sociedade.

No início de cada ano, com base no Relatório de Avaliação da Execução da Política de Remunerações, da responsabilidade do Comité de Remunerações, o Conselho Fiscal produz um Relatório anual sobre a Política de Remunerações, onde descreve os aspetos e conclusões relevantes que fundamentam o respetivo parecer acerca da avaliação do grau de execução da Política de Remunerações em vigor na Sociedade ao longo do ano anterior.

Relativamente a 2025, não foi identificada qualquer irregularidade ou inconsistência no modo como as remunerações e outros benefícios foram calculados.

No primeiro semestre de 2026, não foram introduzidas alterações à Política de Remunerações.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Ações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Eventos Subsequentes

30 de junho de 2026

A **22 de julho** foram constituídas as **Categorias C** e **R** do **fundo IMGA Obrigações Corporate 2028 – 2,30%**.

A **21 de agosto** foi aprovada pela CMVM a constituição do **fundo Adamastor PPR/OICVM.**

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Ações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

IMGA Ações Portugal - Fundo de Investimento Aberto de Ações

Elementos Identificativos

Tipo de Fundo:
Fundo de Investimento Aberto de Ações

Data de Constituição:
20 de julho de 1995

Sociedade Gestora:
IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.

Banco Depositário:
Banco Comercial Português, S.A.

Valor da Carteira:
(30 de junho de 2026)

482 312 522 Euros

EVOLUÇÃO DE RENDIBILIDADE E RISCO

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Jun/2026
IMGA AÇÕES PORTUGAL CAT A											
Rendibilidade	-11,1%	23,1%	-12,4%	14,1%	-13,3%	21,6%	4,4%	15,0%	3,5%	32,7%	11,4%
Risco (nível)	6	5	5	5	7	5	6	5	5	5	5
IMGA AÇÕES PORTUGAL CAT R											
Rendibilidade	-	-	-	-	-	-	4,4%	15,0%	3,5%	32,7%	11,4%
Risco (nível)	-	-	-	-	-	-	6	5	5	5	5
IMGA AÇÕES PORTUGAL CAT P											
Rendibilidade	-	-	-	-	-	-	-	-	3,5%	32,7%	11,4%
Risco (nível)	-	-	-	-	-	-	-	-	5	5	5

A Categoria R de unidades de participação constituiu-se em 19 de março de 2021 e a Categoria P em 29 de maio de 2024, pelo que não é apresentada rendibilidade nem nível de risco para os anos anteriores à respetiva constituição, por inexistência de histórico.
As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura e só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência.
Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos.
O nível de risco do fundo pode variar entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). Um risco mais baixo implica potencialmente uma remuneração mais baixa e um risco mais alto implica potencialmente uma remuneração mais alta. O investimento em fundos pode implicar a perda do capital investido caso o fundo não seja de capital garantido.

Notas Informativas

POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O fundo procura proporcionar aos participantes um nível de rentabilidade a longo prazo que integre um prémio sobre os instrumentos de mercado monetário e que reflita aproximadamente a rentabilidade agregada do mercado acionista nacional.

Para a realização desta política, o fundo investe os seus capitais, direta ou indiretamente (designadamente através de certificados), em ações de empresas nacionais, podendo também investir até um máximo de 10% do seu valor líquido global em ações de empresas da Zona Euro, cotadas nos mercados regulamentados dos países da União Europeia e de alguns países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). O fundo deve deter, em permanência, um mínimo de 85% do seu património investido em ações.

O fundo está exposto a risco cambial, através do investimento em mercados externos à zona Euro, num valor máximo de 10% do valor líquido global do fundo.

O fundo não pode investir mais de 10% em unidades de participação de organismos de investimento coletivo.

Para a gestão da liquidez necessária, o fundo pode ainda ser acessoriamente constituído por numerário, depósitos bancários, aplicações nos mercados interbancários, certificados de depósito, títulos de dívida pública e obrigações de qualquer tipo na medida adequada para fazer face ao movimento normal de resgate das unidades de participação e a uma gestão eficiente do fundo, tendo em conta a sua política de investimentos.

O fundo pode adquirir unidades de participação de fundos com idêntica regulamentação ou partes de outros organismos de investimento coletivo, nos termos legais.

A estratégia de investimento do fundo segue uma gestão ativa, não considerando nenhum parâmetro de referência. Os ativos são selecionados com base em critérios de crescimento e valorização, considerando os resultados financeiros das empresas, setor de atividade, posicionamento no mercado, qualidade de gestão, entre outros, e abstendo-se de investir em setores controversos, privilegiando empresas que adotam as melhores práticas ao nível do Governo, Direitos Humanos e Ambiente, no universo de investimento.

O fundo não segue uma alocação setorial fixa, procurando a combinação de exposição que em cada momento se revele mais apelativa face à informação relevante das empresas que constituem o seu universo de investimento e ao enquadramento de mercado.

A Sociedade Gestora considera os seguintes setores como controversos: Jogo, Armas Controversas, Tabaco e Carvão Térmico ou empresas cuja maioria das receitas seja proveniente destas atividades.

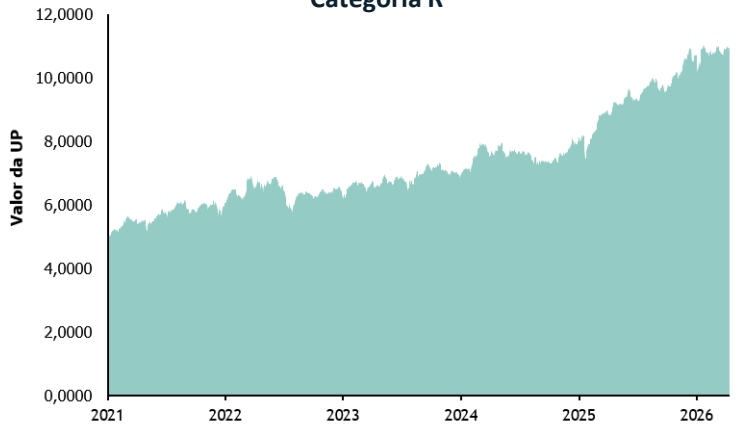


EVOLUÇÃO DO FUNDO

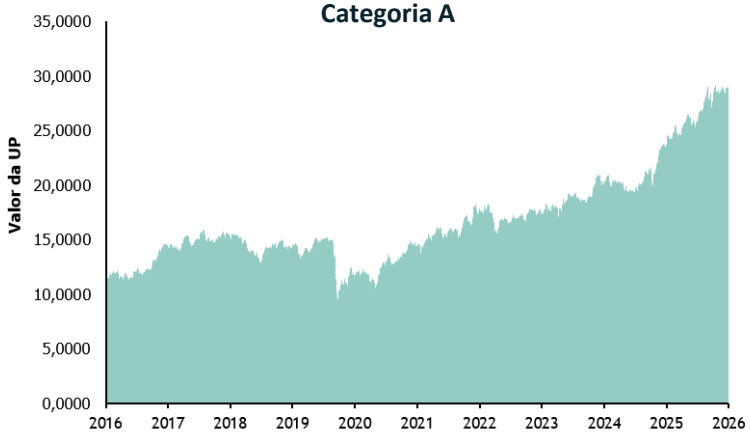
As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura. As rendibilidades anualizadas divulgadas só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência.

Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos.

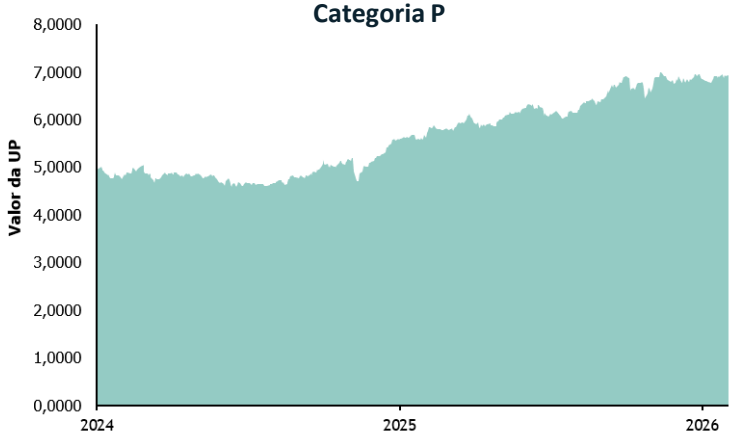
Categoria R



Categoria A



Categoria P



Notas Informativas

EVOLUÇÃO DO NÚMERO UP'S E DO VALOR UNITÁRIO UP

	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2025	30.06.2026
IMGA AÇÕES PORTUGAL CAT A						
Nº. UP´s em circulação	5 481 620,8427	6 717 035,5935	7 827 493,0406	8 416 984,0424	9 005 156,5497	9 335 639,3658
Valor Unitário UP (Euro)	15,7776	16,4705	18,9428	19,6066	26,0184	28,9900
IMGA AÇÕES PORTUGAL CAT R						
Nº. UP´s em circulação	4 494 286,7534	5 654 726,7837	8 391 771,4351	10 355 701,9472	12 904 531,7450	12 960 485,6376
Valor Unitário UP (Euro)	5,9530	6,2138	7,1470	7,3976	9,8155	10,9359
IMGA AÇÕES PORTUGAL CAT P						
Nº. UP´s em circulação	-	-	-	1 905 469,2791	9 215 592,4775	10 119 654,1346
Valor Unitário UP (Euro)	-	-	-	4,6774	6,2046	6,9113

A Categoria R de unidades de participação constituiu-se em 19 de março de 2021 e a Categoria P em 29 de maio de 2024, pelo que não é apresentada informação em datas anteriores à respetiva constituição, por inexistência de histórico.

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÓNIO

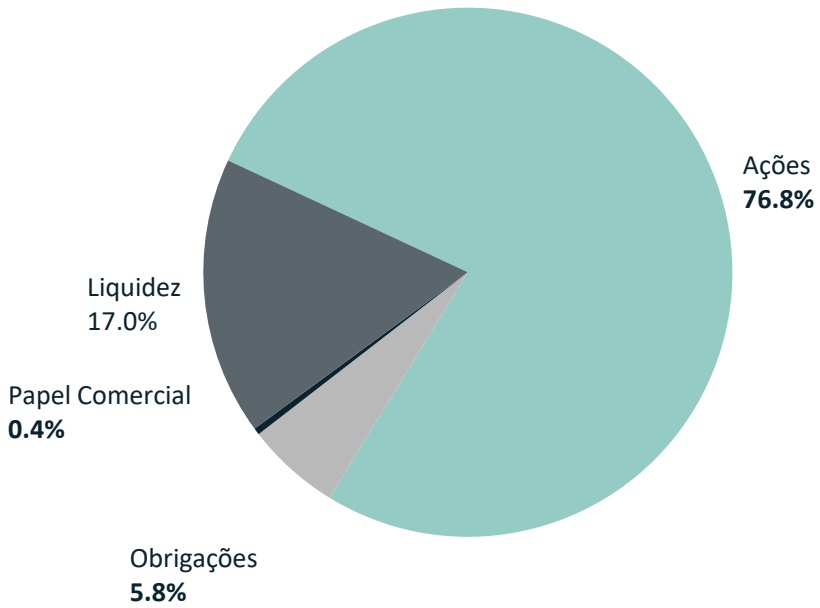
(valores em euro)

	30.06.2026
Valores mobiliários	428 429 380
Saldos bancários	35 404 931
Outros ativos	20 845 607
Total dos ativos	484 679 918
Passivos	2 367 396
Valor Líquido de Inventário	482 312 522

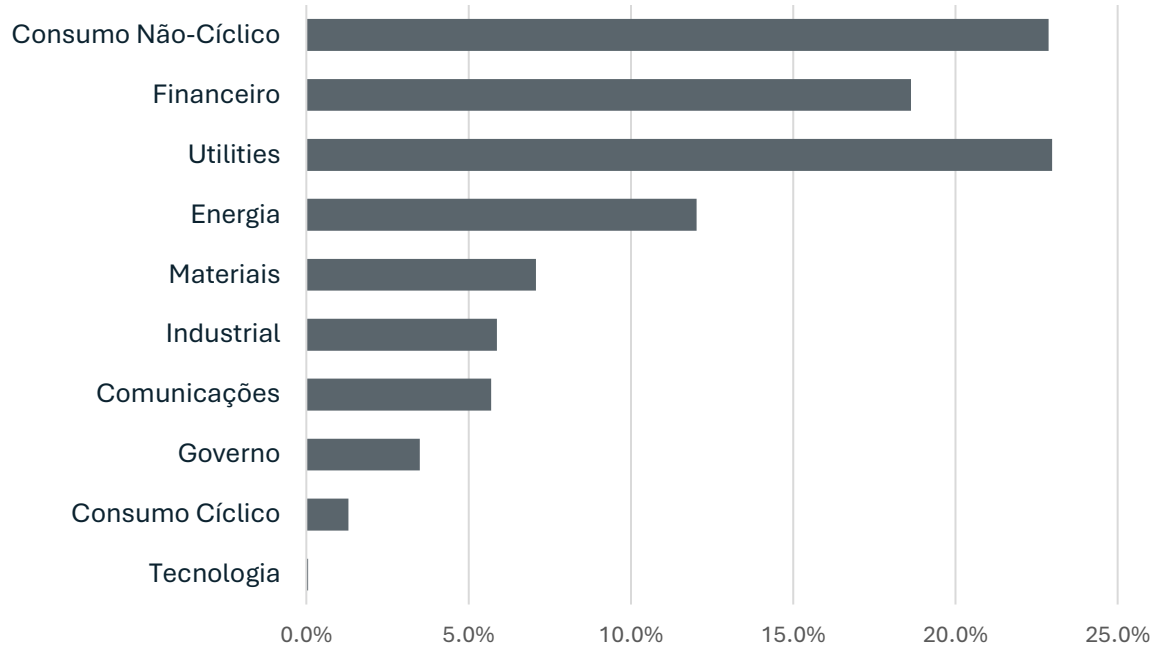


COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Carteira Ativos



Setor

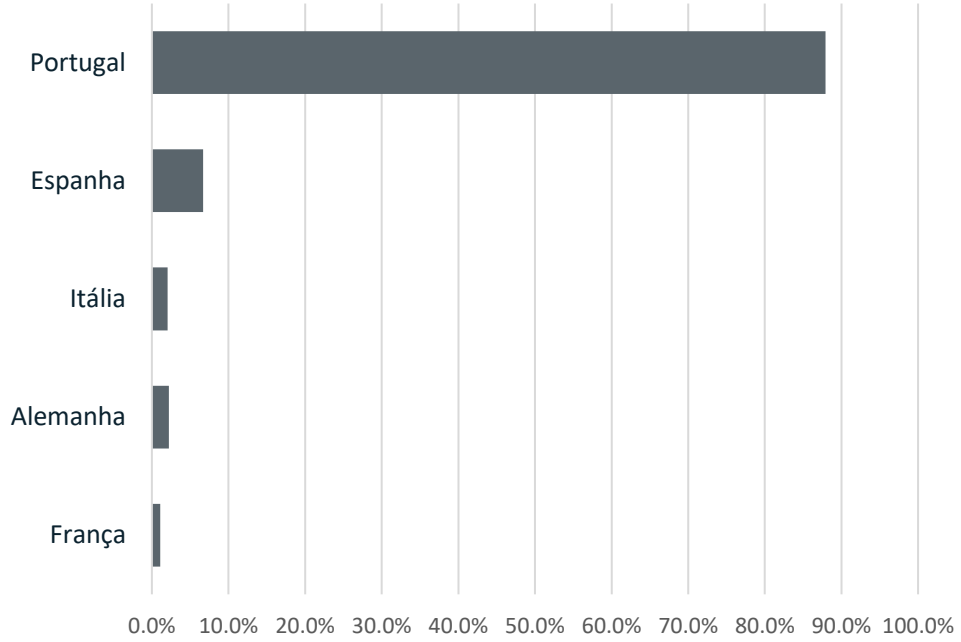


Valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário

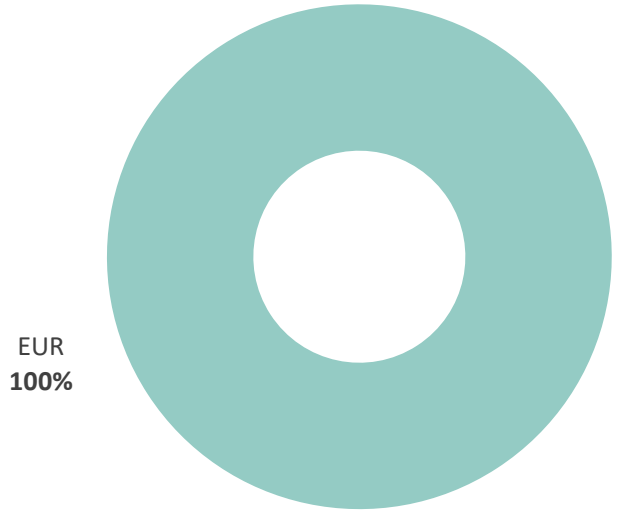
Notas Informativas

COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

País



Moeda



Valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário

Notas Informativas

TÍTULOS EM CARTEIRA

(valores em euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais-valias	Menos-valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA	%
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS							
M.C.O.B.V. Portuguesas	279 164 455	55 458 231	10 795 448	323 827 238	575	323 827 813	76%
M.C.O.B.V. Estados Membros UE	44 061 865	17 395 227	563 476	60 893 616	238 463	61 132 079	14%
M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE	13 747 119	183 918	-	13 931 037	-	13 931 037	3%
2. OUTROS VALORES	2 000 000	-	-	2 000 000	(13 828)	1 986 172	0%
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	26 289 461	1 488 028	-	27 777 490	-	27 777 490	6%
TOTAL	365 262 901	74 525 404	11 358 925	428 429 380	225 210	428 654 590	100%

INDICAÇÃO MOVIMENTOS OCORRIDOS

(valores em euro)

Rendimentos	
Rendimentos do investimento	12 516 029
Outros investimentos	12 256
Mais-valias de investimento	110 236 741
Custos	
Custos de gestão	(4 982 599)
Custos de depósito	(171 814)
Outros encargos, taxas e impostos	(685 526)
Menos-valias de investimentos	(68 736 117)
Lucro líquido	48 188 971
Lucros distribuídos	-

Aumento ou diminuição da conta de capital	
Subscrições	36 828 593
Resgates	(20 846 844)



Notas Informativas

VALOR LÍQUIDO GLOBAL E VALOR DA UP

(valores em euro)

	IMGA AÇÕES PORTUGAL CAT A		IMGA AÇÕES PORTUGAL CAT R		IMGA AÇÕES PORTUGAL CAT P	
	Valor Líquido	Valor Unitário da UP	Valor Líquido	Valor Unitário da UP	Valor Líquido	Valor Unitário da UP
31.12.2023	148 274 321	18,9428	59 975 284	7,1470	-	-
31.12.2024	165 028 256	19,6066	76 606 429	7,3976	8 912 540	4,6774
31.12.2025	234 298 918	26,0184	126 664 024	9,8155	57 178 860	6,2046
30.06.2026	270 639 852	28,9900	141 733 504	10,9359	69 939 166	6,9113

A Categoria P de unidades de participação constituiu-se em 29 de maio de 2024, pelo que não é apresentada informação em datas anteriores à sua constituição, por inexistência de histórico.

Notas Informativas

OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

(valores em euro)

Descritivo	31.12.2025	Compras	Vendas	30.06.2026	+/- Valias
Operações Cambiais	-	-	-	-	-
Operações Sobre Taxas de Juro	-	-	-	-	-
Operações Sobre Índices	83 000 000	185 443 000	(182 200 000)	96 600 000	10 682 500



Balanço

Referente ao período findo em 30 de junho de 2026

(Valores em EUR) Data: **30.06.2026**

ATIVO

Código	Designação	30.06.2026 Bruto	Mv	mv/P	Líquido	31.12.2025 Líquido
	Outros Ativos					
32	Ativos Fixos Tangíveis das SIM					
33	Ativos Intangíveis das SIM					
	Total de Outros Ativos das SIM					
	Carteira de Títulos					
21	Obrigações	13 685 785	88 643	(117 880)	13 656 548	8 254 404
22	Ações	309 540 536	72 764 815	(11 241 045)	371 064 306	324 093 178
23	Outros Títulos de Capital					
24	Unidades de Participação	26 289 461	1 488 028		27 777 490	27 493 933
25	Direitos					
26	Outros Instrumentos da Dívida	15 747 119	183 918		15 931 037	13 855 844
	Total da Carteira de Títulos	365 262 901	74 525 404	(11 358 925)	428 429 380	373 697 359
	Outros Ativos					
31	Outros ativos					
	Total de Outros Ativos					
	Terceiros					
411+...+418	Contas de Devedores	20 054 298			20 054 298	10 712 498
	Total dos Valores a Receber	20 054 298			20 054 298	10 712 498
	Disponibilidades					
11	Caixa					
12	Depósitos à Ordem	35 404 931			35 404 931	34 520 653
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso					
14	Certificados de Depósito					
18	Outros Meios Monetários					
	Total das Disponibilidades	35 404 931			35 404 931	34 520 653
	Acréscimos e diferimentos					
51	Acréscimos de Proveitos	239 038			239 038	113 481
52	Despesas com Custo Diferido					
53	Outros acréscimos e diferimentos	552 270			552 270	0
59	Contas transitórias ativas					
	Total do Acréscimos e Diferimentos Ativos	791 309			791 309	113 481
	TOTAL DO ATIVO	421 513 439	74 525 404	(11 358 925)	484 679 918	419 043 990

PASSIVO

Código	Designação	Períodos 30.06.2026	31.12.2025
	Capital do OIC		
61	Unidades de Participação	161 884 536	155 435 349
62	Variações Patrimoniais	(10 118 517)	(19 651 078)
64	Resultados Transitados	282 357 532	193 346 819
65	Resultados Distribuídos		
67	Dividendos Antecipados das SIM		
66	Resultados Líquidos do Período	48 188 971	89 010 713
	Total do Capital do OIC	482 312 522	418 141 802
	Provisões Acumuladas		
481	Provisões para Encargos		
	Total das Provisões Acumuladas		
	Terceiros		
421	Resgates a Pagar a Participantes	24 428	9 986
422	Rendimentos a Pagar a Participantes		
423	Comissões a Pagar	897 681	820 891
424+...+429	Outras contas de Credores	1 426 003	52 295
43+12	Empréstimos Obtidos		
44	Pessoal		
46	Acionistas		
	Total dos Valores a Pagar	2 348 112	883 173
	Acréscimos e diferimentos		
55	Acréscimos de Custos	5 456	19 016
56	Receitas com Proveito Diferido	13 828	
58	Outros Acréscimos e Diferimentos		
59	Contas transitórias passivas		
	Total do Acréscimos e Diferimentos Passivos	19 285	19 016
	TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO	484 679 918	419 043 990

	Total do Número de Unidades de Participação em circulação - Classe A	9 335 639	9 005 157	Valor Unitário da Unidade Participação - Classe A	28.9900	26.0184
	Total do Número de Unidades de Participação em circulação - Classe P	10 119 654	9 215 592	Valor Unitário da Unidade Participação - Classe P	6.9113	6.2046
	Total do Número de Unidades de Participação em circulação - Classe R	12 960 486	12 904 532	Valor Unitário da Unidade Participação - Classe R	10.9359	9.8155

(Valores em EUR)

Data: **30.06.2026**

DIREITOS SOBRE TERCEIROS

Código	Designação	Períodos 30.06.2026	31.12.2025
	Operações Cambiais		
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		
	Total		
	Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros		
	Total		
	Operações Sobre Cotações		
934	Opções		
935	Futuros	96 600 000	83 000 000
	Total	96 600 000	83 000 000
	Compromissos de Terceiros		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
944	Valores cedidos em garantia		
945	Empréstimos de títulos		
	Total		
	TOTAL DOS DIREITOS	96 600 000	83 000 000
99	*CONTAS DE CONTRAPARTIDA*		

RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS

Código	Designação	Períodos 30.06.2026	31.12.2025
	Operações Cambiais		
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		
	Total		
	Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros		
	Total		
	Operações Sobre Cotações		
934	Opções		
935	Futuros		
	Total		
	Compromissos Com Terceiros		
941	Subscrição de títulos		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
943	Valores cedidos em garantia		
	Total		
	TOTAL DAS RESPONSABILIDADES		
99	*CONTAS DE CONTRAPARTIDA*	96 600 000	83 000 000



Demonstração de Resultados

Referente ao período findo em 30 de junho de 2026

(Valores em EUR) Data: **30.06.2026**

Demonstração de Resultados

	CUSTOS E PERDAS				***PROVEITOS E GANHOS***		
		Períodos				Períodos	
Código	**Designação**	**30.06.2026**	**30.06.2025**	**Código**	**Designação**	**30.06.2026**	**30.06.2025**
	Custos e Perdas Correntes				**Proveitos e Ganhos Correntes**		
	Juros e Custos Equiparados				Juros e Proveitos Equiparados		
711+718	De Operações Correntes			812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	351 722	297 377
719	De Operações Extrapatrimoniais			811+814+827+818	De Operações Correntes	255 479	118 490
	Comissões e Taxas			819	De Operações Extrapatrimoniais		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	263 773	192 709		Rendimento de Títulos		
724+…+728	Outras Operações Correntes	5 189 101	3 217 503	822+…+824+825	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	11 908 828	8 896 552
729	De Operações Extrapatrimoniais			829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras				Ganhos em Operações Financeiras		
732+733	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	15 742 813	5 635 852	832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	46 560 936	43 783 500
731+738	Outras Operações Correntes			831+838	Outras Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais	52 993 304	34 840 800	839	Em Operações Extrapatrimoniais	63 675 804	43 658 400
	Impostos				Reposição e Anulação de Provisões		
7411+7421	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos Patrimoniais	168 191	93 641	851	Provisões para Encargos		
7412+7422	Impostos Indirectos	216 030	208 067	87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	1	1
7418+7428	Outros impostos						
	Provisões do Exercício				*Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)*	122 752 771	96 754 319
751	Provisões para Encargos						
77	Outros Custos e Perdas Correntes	2 844	2 135				
	Total dos Outros Custos e Perdas Correntes (A)	74 576 056	44 190 706				
79	Outros custos e perdas das SIM			89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		
	Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)				*Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)*		
	Custos e Perdas Eventuais				**Proveitos e Ganhos Eventuais**		
781	Valores Incobráveis			881	Recuperação de Incobráveis		
782	Perdas Extraordinárias			882	Ganhos Extraordinários		
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores			883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores	9 133	
788	Outras Custos e Perdas Eventuais			888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais	3 123	2 032
	Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)				*Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)*	12 256	2 032
63	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício						
66	**Resultado Líquido do Período (se>0)**	48 188 971	52 565 645	66	**Resultado Líquido do Período (se<0)**		
	TOTAL	122 765 027	96 756 351		*TOTAL*	122 765 027	96 756 351
(8*2/3/4/5)-(7*2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	42 814 901	47 148 867	F - E	Resultados Eventuais	12 256	2 032
8*9 - 7*9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	10 682 500	8 817 600	B+D+F-A-C-E+74	Resultados Antes do Imposto s/ Rendimento	48 357 162	52 659 286
B-A	Resultados Correntes	48 176 715	52 563 613	B+D+F-A-C-E+7411/8+7421/8	Resultados Líquidos do Período	48 188 971	52 565 645



Demonstração de Fluxos de Caixa

Referente ao período findo em 30 de junho de 2026

(Valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	30-jun-26		30-jun-25	
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC				
RECEBIMENTOS:		36 828 593		35 022 271
Subscrição de unidades de participação	36 828 593		35 022 271	
PAGAMENTOS:		20 832 403		4 837 727
Resgates de unidades de participação	20 832 403		4 837 727	
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC		15 996 190		30 184 544
OPERAÇÕES COM A CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS				
RECEBIMENTOS:		90 243 222		56 186 327
Venda de títulos e outros ativos	70 900 519		27 788 736	
Reembolso de títulos e outros ativos	8 000 000		20 000 000	
Rendimento de títulos e outros ativos	11 140 697		8 303 979	
Juros e proveitos similares recebidos	202 005		93 612	
PAGAMENTOS:		102 632 441		79 687 811
Compra de títulos e outros ativos	102 367 647		79 494 326	
Comissões de bolsa suportadas	19 899		27 945	
Comissões de corretagem	243 080		164 060	
Outras taxas e comissões	68		16	
Outros pagamentos relacionados com a carteira	1 747		1 463	
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos		(12 389 219)		(23 501 484)
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS				
RECEBIMENTOS:		82 514 370		56 038 669
Operações sobre cotações	63 675 804		43 658 400	
Margem inicial em contratos de futuros e opções	18 838 566		12 380 269	
PAGAMENTOS:		80 184 450		48 330 880
Operações sobre cotações	52 993 304		34 840 800	
Margem inicial em contratos de futuros e opções	27 191 145		13 487 927	
Outros pagamentos de operações a prazo e de divisas	0		2 153	
Fluxo das operações a prazo e de divisas		2 329 921		7 707 789
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE				
RECEBIMENTOS:		255 480		118 491
Juros de depósitos bancários	255 479		118 490	
Outros recebimentos correntes	1		1	
PAGAMENTOS:		5 301 478		3 280 392
Juros devedores de depósitos bancários	6 035		1	
Comissão de gestão	4 987 847		3 074 918	
Comissão de depósito	175 121		106 026	
Taxa de supervisão	23 962		23 962	
Impostos e taxas	108 512		75 485	
Outros pagamentos correntes	1		1	
Fluxo das operações de gestão corrente		(5 045 997)		(3 161 901)
OPERAÇÕES EVENTUAIS				
RECEBIMENTOS:		27 185		2 032
Ganhos extraordinários	27 185		2 032	
PAGAMENTOS:		33 801		0
Outros pagamentos de operações eventuais	33 801		0	
Fluxo das operações eventuais		(6 616)		2 032
SALDO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO (A)		**884 278**		**11 230 980**
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO (B)		**34 520 653**		**12 770 625**
DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO (C)=(B)+(A)		**35 404 931**		**24 001 605**



Anexo às Demonstrações Financeiras

Referente ao período findo em 30 de junho de 2026

INTRODUÇÃO

A constituição do IMGA Ações Portugal, Fundo de Investimento Aberto de Ações (OIC) foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 20 de julho de 1995, tendo iniciado a sua atividade nessa data. É um Organismo de Investimento Coletivo, constituído por tempo indeterminado e tem como finalidade proporcionar aos seus participantes um nível de rentabilidade a longo prazo que integre um prémio sobre os instrumentos de mercado monetário e que reflita aproximadamente a rentabilidade agregada do mercado acionista nacional. Para o efeito, investe maioritariamente os seus capitais, direta ou indiretamente, em ações de empresas nacionais cotadas nos mercados regulamentados dos países da União Europeia e de alguns países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

O OIC é administrado, gerido e representado pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de banco depositário são exercidas pelo Banco Comercial Português, S.A.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo.

As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras anexas.



1. CAPITAL DO OIC

O capital do OIC é representado por partes de conteúdo idêntico, sem valor nominal, que se designam unidades de participação, as quais conferem direitos idênticos aos seus detentores. As unidades de participação são nominativas e adotam a forma escritural. Para efeitos de movimentação, as unidades de participação são fracionadas até à quarta casa decimal.

Para efeitos de constituição do OIC, o valor da unidade de participação da Categoria A foi de mil escudos (quatro euros e noventa e nove cêntimos). Para efeitos de constituição das Categorias P e R o valor inicial é de cinco euros.

O valor da unidade de participação para efeitos de subscrição é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

O valor da unidade de participação para efeitos de resgate é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

Durante o período findo em 30 de junho de 2026, o movimento ocorrido no capital do OIC foi o seguinte:

(Valores em Euro)

Descrição	31-12-2025	Subscrições			Resgates			Outros	Resultados do Exercício	30-06-2026
		Categoria A	Categoria P	Categoria R	Categoria A	Categoria P	Categoria R			
Valor base	155 435 349	3 766 965	6 589 371	3 148 489	(2 117 855)	(2 069 062)	(2 868 720)			161 884 536
Diferença p/Valor Base	(19 651 078)	17 494 308	2 235 629	3 593 831	(9 894 138)	(664 679)	(3 232 390)			(10 118 517)
Resultados acumulados	193 346 819							89 010 713		282 357 532
Resultados do período	89 010 713							(89 010 713)	48 188 971	48 188 971
SOMA	418 141 802	21 261 273	8 825 000	6 742 320	(12 011 994)	(2 733 741)	(6 101 110)	-	48 188 971	482 312 522
Nº de Unidades participação										
Categoria A	9 005 157	754 903			(424 420)					9 335 639
Categoria P	9 215 592		1 317 874			(413 812)				10 119 654
Categoria R	12 904 532			629 698			(573 744)			12 960 486
Valor Unidade participação										
Categoria A	26.0184									28.9900
Categoria P	6.2046									6.9113
Categoria R	9.8155									10.9359

Em 30 de junho de 2026 existiam 842 unidades de participação com pedidos de resgate em curso.

O valor líquido global do OIC, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação foram os seguintes:

		Categoria A			Categoria P			Categoria R			Total	
	Data	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação	VLGF	Nº UP em circulação
Ano 2026	30-06-26	28.9900	270 639 852	9 335 639	6.9113	69 939 166	10 119 654	10.9359	141 733 504	12 960 486	482 312 522	32 415 779
	31-03-26	28.2756	261 565 473	9 250 591	6.7425	65 101 663	9 655 480	10.6669	136 964 642	12 840 201	463 631 778	31 746 273
Ano 2025	31-12-25	26.0184	234 298 918	9 005 157	6.2046	57 178 860	9 215 592	9.8155	126 664 024	12 904 532	418 141 802	31 125 281
	30-09-25	25.1434	219 526 225	8 730 974	5.9957	41 683 454	6 952 246	9.4850	119 256 099	12 573 127	380 465 779	28 256 347
	30-06-25	23.5608	202 236 394	8 583 627	5.6203	22 552 499	4 012 729	8.8882	108 524 167	12 209 921	333 313 060	24 806 277
	31-03-25	21.4762	181 356 759	8 444 562	5.1230	14 099 265	2 752 161	8.1029	88 566 609	10 930 255	284 022 633	22 126 978
Ano 2024	31-12-24	19.6066	165 028 256	8 416 984	4.6774	8 912 540	1 905 469	7.3976	76 606 429	10 355 702	250 547 225	20 678 155
	30-09-24	20.3389	164 396 432	8 082 889	4.8519	5 715 608	1 178 027	7.6737	77 379 279	10 083 750	247 491 320	19 344 666
	30-06-24	19.9274	157 495 955	7 903 497	4.7538	1 243 361	261 555	7.5185	74 492 240	9 907 964	233 231 556	18 073 016
	31-03-24	18.8835	147 435 595	7 807 676	-	-	-	7.1246	70 039 937	9 830 754	217 475 531	17 638 430

Em 30 de junho de 2026, os participantes do OIC podem agrupar-se de acordo com os seguintes escalões:

Escalões	N.º participantes		
	Categoria A	Categoria P	Categoria R
UPs ≥ 25%	-	-	-
10% ≤ UPs < 25%	-	-	3
5% ≤ UPs < 10%	-	-	7
2% ≤ UPs < 5%	-	-	-
0.5% ≤ UPs < 2%	1	94	76
UPs < 0.5%	4 228	74	177
TOTAL	4 229	168	263

3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 30 de junho de 2026, esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1.VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
M.C.O.B.V. Portuguesas						
-Obrigações diversas						
Caixa Eco Montepio Geral Var 25/06/29	1 201 344	444	-	1 201 788	575	1 202 363
	1 201 344	444	-	1 201 788	575	1 202 363
-Ações						
Altri SGPS S.A.	14 267 381	-	(564 790)	13 702 591	-	13 702 591
B.Comercial Português-Nom.	32 500 961	14 850 289	-	47 351 250	-	47 351 250
Corticeira Amorim-SGPS	5 176 802	-	(1 253 885)	3 922 917	-	3 922 917
CTT - Correios de Portugal SA	18 508 284	1 912 766	-	20 421 050	-	20 421 050
EDP Renovaveis SA	21 830 776	7 288 574	-	29 119 350	-	29 119 350
EDP-Energias de Portugal SA	16 211 117	3 143 608	-	19 354 725	-	19 354 725
GALP Energia SGPS SA-B Shrs	42 437 428	5 526 834	-	47 964 263	-	47 964 263
Ibersol - SGPS, S.A.	638 071	681 081	-	1 319 151	-	1 319 151
Jerónimo Martins,SGPS,S.A.	55 038 485	-	(8 319 985)	46 718 500	-	46 718 500
Mota Engil - SGPS SA	17 281 174	2 228 198	-	19 509 372	-	19 509 372
Navigator CO Sa/THe	12 951 332	-	(656 788)	12 294 544	-	12 294 544
NOS, SGPS, SA	17 456 646	5 245 854	-	22 702 500	-	22 702 500
NovaBase - SGPS, SA	126 177	79 429	-	205 607	-	205 607
REN - Redes Energéticas Nacionais SA	8 979 513	3 761 112	-	12 740 625	-	12 740 625
Semapa - S. Inv.Gestão-SGPS,S.A. (nom)	1 637 282	589 974	-	2 227 255	-	2 227 255
Sonae - SGPS	12 921 683	10 150 067	-	23 071 750	-	23 071 750
	277 963 111	55 457 787	(10 795 448)	322 625 450	-	322 625 450
M.C.O.B.V. Estados Membros UE						
-Obrigações diversas						
CRL Credito Agricola Mut Var 29/01/31	1 992 475	(13 375)	-	1 979 100	27 068	2 006 168
Fidelidade Seguros PT Var 29/11/172	4 277 810	68 270	-	4 346 080	26 957	4 373 037
Greenvolt Energias 4.65% 14/02/29	3 866 256	33 304	-	3 899 560	70 267	3 969 827
Novo Banco SA Var 01/12/33	2 347 900	-	(117 880)	2 230 020	114 171	2 344 191
	12 484 441	88 199	(117 880)	12 454 760	238 463	12 693 223
-Ações						
Banco Santander SA	1 759 089	3 074 511	-	4 833 600	-	4 833 600
CaixaBank, SA	3 287 021	738 104	-	4 025 125	-	4 025 125
Commerzbank AG.	1 946 274	2 149 026	-	4 095 300	-	4 095 300
Distribuidora Internacional	996 124	36 376	-	1 032 500	-	1 032 500
Endesa SA	2 599 086	2 186 514	-	4 785 600	-	4 785 600
Enel Spa.	2 962 016	1 210 394	-	4 172 410	-	4 172 410
Engie	2 614 440	1 799 960	-	4 414 400	-	4 414 400
Iberdrola SA.	2 752 231	1 713 765	-	4 465 996	-	4 465 996
Inditex SA	3 452 360	406 040	-	3 858 400	-	3 858 400
Redeia Corp SA	4 279 771	-	(445 596)	3 834 175	-	3 834 175
RWE AG.	2 773 623	2 039 077	-	4 812 700	-	4 812 700
Unicredit SPA..	2 155 388	1 953 262	-	4 108 650	-	4 108 650
	31 577 424	17 307 028	(445 596)	48 438 856	-	48 438 856
M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE						
-Títulos dívida Pública						
Bilhetes do Tesouro 0 18/09/26	13 747 119	183 918	-	13 931 037	-	13 931 037
	13 747 119	183 918	-	13 931 037	-	13 931 037
2. OUTROS VALORES						
Outros instrumentos de dívida						
-Papel comercial						
Greenvolt - Energias Renováveis, SA PC 4.200% 06/05/26 - 06/08/26	1 000 000	-	-	1 000 000	(4 271)	995 729
Greenvolt - Energias Renováveis, SA PC 4.25% 17/06/26 - 21/09/26	1 000 000	-	-	1 000 000	(9 558)	990 442
	2 000 000	-	-	2 000 000	(13 828)	1 986 172
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO						
OIC domiciliados em Portugal						
IMGA Money Market - CAT I	26 289 461	1 488 028	-	27 777 490	-	27 777 490
	26 289 461	1 488 028	-	27 777 490	-	27 777 490
TOTAL	**365 262 901**	**74 525 404**	**(11 358 925)**	**428 429 380**	**225 210**	**428 654 590**

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades durante o primeiro semestre de 2026 foi o seguinte:

(Valores em Euro)

Descritivo	31-12-2025	Aumentos	Reduções	30-06-2026
Depósitos à ordem	34 520 653	209 868 851	208 984 573	35 404 931
TOTAL	34 520 653	209 868 851	208 984 573	35 404 931

4. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas através do Decreto-Lei nº 27/2023, de 28 de abril, o qual aprova o novo Regime da Gestão de Ativos.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras, foram as seguintes:

Especialização de períodos

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica "Juros e proveitos equiparados".

Carteira de Títulos e Valorização das unidades de participação

a) O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do OIC é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.

b) O valor das unidades de participação será calculado às 17.00h, hora portuguesa, sendo este o momento de referência para o cálculo.

c) Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal e pelo Banco Central Europeu, com exceção para aqueles cujas divisas não se encontrem cotadas. Neste caso utilizar-se-ão os câmbios difundidos ao meio-dia de Lisboa, por entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.

d) Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos derivados transacionadas para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia.

e) A valorização dos valores mobiliários e instrumentos derivados admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência; não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.

f) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, caso os preços praticados em mercado não sejam considerados representativos, podem ser considerados para efeitos de avaliação:

   a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.

g) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os valores mobiliários e instrumentos derivados são considerados como não cotados para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.

h) A valorização de valores mobiliários e instrumentos derivados não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base nos seguintes critérios:

   a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários;

   b. Modelos teóricos de avaliação, que a Sociedade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do ativo ou instrumento derivado. A avaliação pode ser efetuada por entidade subcontratada.

i) Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.

j) Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.

Impostos

O regime fiscal aplicável aos organismos de investimento coletivo (estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 7/2015, de 13 de janeiro, alterado pela Retificação n.º 12/2015, de 11 de março), assenta num método de tributação dos rendimentos "à saída", ou seja, a tributação é essencialmente na esfera dos participantes.

O OIC, ainda assim, encontra-se sujeito à taxa geral de IRC sobre o seu resultado líquido apurado em cada exercício, expurgado, contudo, os rendimentos (e respetivos gastos associados) de capitais, prediais e mais-valias, tal como qualificados para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (desde que os mesmos não sejam provenientes de entidades com residência ou domicílio em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante da lista aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, situação em que serão tributados). Não relevam, igualmente, para efeitos de determinação do lucro tributável os rendimentos, incluindo descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para os fundos de investimento mobiliário, bem como os gastos não dedutíveis previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC.

No que respeita ao Imposto do Selo, os fundos são tributados em sede deste imposto sobre o valor líquido global dos seus ativos à taxa de 0,0125%, por trimestre.

Desde 1 de janeiro de 2019, passaram a encontrar-se sujeitas a imposto do selo, à taxa de 4% as comissões de gestão e depósito, suportadas pelo fundo e as comissões de subscrição e reembolso, suportadas pelos participantes.



10. RESPONSABILIDADES

A 30 de junho de 2026, o OIC tem acordado junto do Millennium BCP uma facilidade de limite máximo de descoberto intradiário na conta corrente no valor de €600.000, a qual não se encontra a ser utilizada, constituindo-se, assim, como uma responsabilidade potencial.

12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Em 30 de junho de 2026, os ativos com taxa de juro fixa detidos pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

(Valores em Euro)

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extrapatrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	13 931 037	-	-	-	-	13 931 037
de 1 a 3 anos	7 516 381	-	-	-	-	7 516 381
de 3 a 5 anos	6 379 205	-	-	-	-	6 379 205
de 5 a 7 anos	-	-	-	-	-	-
mais de 7 anos	-	-	-	-	-	-

13. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE COTAÇÕES

Em 30 de junho de 2026, a exposição ao risco de cotações pode resumir-se da seguinte forma:

(Valores em Euro)

AÇÕES E VALORES SIMILARES	MONTANTE (Euros)	EXTRA-PATRIMONIAIS		SALDO
		Futuros	Opções	
Ações	371 064 306	96 600 000	-	467 664 306
Direitos	-	-	-	-

14. EXPOSIÇÃO GLOBAL EM INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

O cálculo da exposição em instrumentos financeiros derivados é efetuado através do método dos compromissos, nos termos do artigo 187º do Decreto-Lei nº 27/2023.

15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao OIC durante o período findo em 30 de junho de 2026 apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euro)

Custos	Categoria A		Categoria P		Categoria R	
	Valor	%VLGF (1)	Valor	%VLGF (1)	Valor	%VLGF (1)
Comissão de Gestão Fixa	2 850 411	2.21%	713 154	2.21%	1 501 616	2.21%
Comissão de Depósito	100 555	0.08%	25 158	0.08%	52 973	0.08%
Taxa de Supervisão	18 949	0.01%	4 762	0.01%	9 956	0.01%
Custos de Auditoria	1 232	0.00%	308	0.00%	649	0.00%
Imposto de selo sobre o valor do OIC	65 824	0.05%	16 469	0.05%	34 676	0.05%
Outros Custos Correntes	3 975	0.00%	994	0.00%	2 094	0.00%
TOTAL	**3 040 946**		**760 846**		**1 601 964**	
TAXA DE ENCARGOS CORRENTES	**2.36%**		**2.36%**		**2.36%**	

(1) Percentagens calculadas sobre a média diária do valor do Fundo relativa ao período de referência anualizada



Relatório de Auditoria

Referente ao período findo em 30 de junho de 2026

Relatório de auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do IMGA Ações Portugal - Fundo de Investimento Aberto de Ações (o «OIC») gerido pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. («Entidade Gestora»), que compreendem o Balanço em 30 de junho de 2026 (que evidencia um total de 484 679 918 euros e um total de capital do OIC de 482 312 522 euros, incluindo um resultado líquido de 48 188 971 euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período de seis meses findo naquela data, e as Divulgações às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do IMGA Ações Portugal - Fundo de Investimento Aberto de Ações, gerido pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. em 30 de junho de 2026 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de seis meses findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários;
- elaboração do Relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o OIC descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação da Entidade Gestora do OIC, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o Relatório de gestão

Em nossa opinião, o Relatório de gestão, foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o OIC, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 27 de agosto de 2026

Forvis Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A

Representada por Pedro Miguel Pires de Jesus (Revisor Oficial de Contas n.º 1930 e registado na CMVM com o n.º 20190019)